



Fls. nº 2
Proc. 609/96

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
Numero	Data	rubrica
1.077	03/07/96	<i>[Signature]</i>

Of. nº 1210/96

MOCOCA, 02 de julho de 1996.

DESPACHO
Para o Expediente da
Próxima Sessão

Senhor Presidente: CM em 03/07/96

[Signature]
Presidente

Pelo presente, solicitamos de Vossa Exce^lência as providências necessárias no sentido de ser substituído o Projeto de Lei nº 66/96, encaminhado a essa Douta Câmara pelo Ofício nº 1.170 de 24-06-1996.

A substituição ora pleiteada, se dá pelo fato de que alguns setores que foram considerados no Projeto de Lei nº 66/96, tais como o Setor de Administração e Incra, não possuem titulares ao cargo.

Outrossim, alguns setores foram omitidos, o que ensejaria injustiça com os detentores dos cargos, sendo que nesta oportunidade são mencionados no Projeto de Lei substitutivo.

Ratificamos nesta oportunidade a mensagem que encaminhou o Projeto de Lei que ora substituímos.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

[Handwritten: Justiça]
[Handwritten: Finanças]
05/08/96
[Signature]

Atenciosamente

[Signature]
DR. ANTONIO NAUFEL
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

DR. TADEU REZENDE

DD. Presidente da Câmara Municipal

MOCOCA - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Projeto de Lei nº 67 de, 02 de 07 de 1996.

CRIA CARGOS DE CHEFES E DE ENCARREGADOS NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA.

Dr. ANTONIO NAUFEL, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mococa em Sessão de , aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.

Art. 1º - Ficam criados os cargos de Encarregados dos Setores e Chefes das Seções da Prefeitura Municipal de Mococa

Art. 2º Os cargos serão ocupados pelos servidores que atualmente respondem pelos respectivos Setores e Seções.

Art. 3º - Os cargos a que alude o Art. 1º serão ocupados por integrantes dos diversos cargos de carreira existentes na Prefeitura, observando-se, quando de sua vacância, a escolha entre os servidores que exercem suas atividades nas Seções e Setores pertinentes;

Parágrafo único - As nomeações dos Chefes e Encarregados serão feitas, pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 4º - Os ocupantes dos cargos de Encarregados de Setores terão salário de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) e os Chefes de Seções terão salário de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), mantidas as vantagens pessoais.

Art. 5º - Os cargos a que se refere o Art. 1º ficam criados e discriminados como se segue :

§ 1º - Os cargos de Chefe pertencem as seguintes Seções:

Seção de Suprimentos e Compras -
Seção de Expediente do Gabinete
Seção de Transporte Interno
Seção de Processamento de Dados
Seção de Recursos Humanos
Seção de Limpeza Pública
Seção de Concursos Públicos
Seção de Cadastro Imobiliário

seguintes Setores:

§ 2º - Os cargos de Encarregados pertence aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

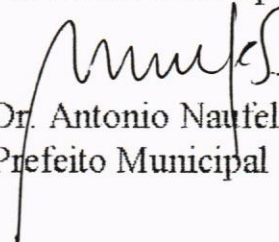
Setor de Protocolo
Setor de Almoxarifado
Setor de Arquivo
Setor de Patrimônio
Setor de Receita
Setor de Fiscalização Obras
Setor de Fiscalização de ISS
Setor de Cadastro Mobiliário
Setor de Merenda
Setor de Esporte
Setor do Jurídico
Setor de Mercado e Rodoviária
Setor do Cemitério
Setor de Matadouro
Setor de Funerária
Setor de Parques e Jardins
Setor do PPA
Setor do Procon
Setor de Habitação
Setor de Licitações
Setor de Engenharia
Setor de Obras
Setor de Conservação de Estradas
Setor de Conservação de Ruas
Setor de Galerias
Setor de Pavimentação Asfáltica
Setor de Artefatos de Cimento
Setor de Dívida Ativa
Setor de Oficina Mecânica
Setor de Solda e Funilaria

Art. 6º - Os cargos constantes desta Lei passam a fazer parte integrante da Lei 2075/91.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

1996.

Prefeitura Municipal de Mococa, 24 de junho de


Dr. Antonio Naufel
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. n.º 5

Proc. 609/96

CÂMARA MUNICIPAL

PROTOCOLO

Numero	Data	Rubrica
1.032	24/06/96	19:30h [assinatura]

Of. nº 1170/96

MOCOCA, 24 de junho de 1996

Senhor Presidente:

*Som
Efeito
substituido*

Pelo presente, encaminhamos o Projeto de Lei para ser apreciado por essa Digna Câmara, em regime de urgência, urgentíssima, pelas razões que seguem:

Versa o presente Projeto de Lei sobre a criação de Setores e Seções e seus respectivos Encarregados e Chefes.

A necessidade deste Projeto de Lei é a regulamentação do exercício de funções que vêm sendo desempenhadas por servidores de carreira sem no entanto, haver uma nomeação justa e salários compatíveis.

É necessário ressaltar que a lei ora vigente não estabelece cargos de Chefias e Encarregados, criando uma série de imperfeições dentro do quadro de servidores da Prefeitura Municipal, gerando conseqüentemente, insatisfações junto aos servidores que hoje, apesar de responsáveis por seções e setores, possuem na maioria das vezes, salários iguais aos de seus subordinados.

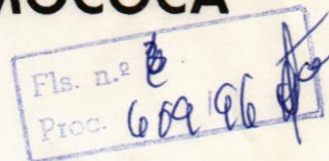
Além disso, todos os responsáveis pelos diversos segmentos desta Prefeitura Municipal, desempenham atividades de grande responsabilidade, sendo portanto necessária a regulamentação de suas funções.

Acresce finalmente, que a Lei nº 2.075/91 não trata da matéria ora em apreço, sendo omissa quanto ao exercício das funções de chefia que inegavelmente vem sendo desempenhadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

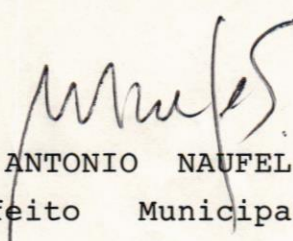


Fls. 02

Desta forma, tem o Projeto de Lei o propósito de regulamentar e sanar tais distorções, possibilitando o reconhecimento aos servidores que eventualmente ocupam tais funções.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente


DR. ANTONIO NAUFEL
Prefeito Municipal

DESPACHO

A(s) Comissões Justiça
Finanças
S. Sessões 24/106/1996

Presidente

Exmo. Sr.

DR. TADEU REZENDE

DD. Presidente da Câmara Municipal

MOCOCA - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

Projeto de Lei nº 66 de, de de 1996.

CRIA CARGOS DE CHEFES E DE ENCARREGADOS NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA.

Dr. ANTONIO NAUFEL, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mococa em Sessão de , aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.

Art. 1º - Ficam criados os cargos de Encarregados dos Setores e Chefes das Seções da Prefeitura Municipal de Mococa

Art. 2º Os cargos serão ocupados pelos servidores que atualmente respondem pelos respectivos Setores e Seções.

Art. 3º - Os cargos a que alude o Art. 1º serão ocupados por integrantes dos diversos cargos de carreira existentes na Prefeitura, observando-se, quando de sua vacância, a escolha entre os servidores que exercem suas atividades nas Seções e Setores pertinentes;

Parágrafo único - As nomeações dos Chefes e Encarregados serão feitas, pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 4º - Os ocupantes dos cargos de Encarregados de Setores terão salário de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) e os Chefes de Seções terão salário de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), mantidas as vantagens pessoais.

Art. 5º - Os cargos a que se refere o Art. 1º ficam criados e discriminados como se segue :

§ 1º - Os cargos de Chefe pertencem as seguintes Seções:

Seção de Suprimentos e Compras
Seção de Expediente do Gabinete
Seção de Transporte Interno
Seção de Processamento de Dados
Seção de Recursos Humanos
Seção de Limpeza Pública
Seção de Concursos Públicos

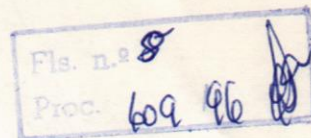
§ 2º - Os cargos de Encarregados pertencem aos seguintes Setores:

M.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

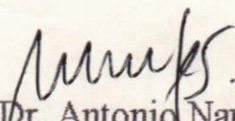


Setor de Protocolo
Setor de Almoxarifado
Setor de Arquivo
Setor de Patrimônio
Setor de Receita
Setor de Fiscalização Obras
Setor de Fiscalização de ISS
Setor de Cadastro Imobiliário
Setor de Cadastro Mobiliário
Setor de Merenda
Setor de Esporte
Setor de Administração
Setor do Jurídico
Setor de Mercado e Rodoviária
Setor do Cemitério
Setor de Matadouro
Setor de Funerária
Setor de Parques e Jardins
Setor do PPA
Setor do Procon
Setor de Habitação
Setor de Licitações
Setor do INCRA
Setor de Engenharia
Setor de Dívida Ativa
Setor de Oficina Mecânica

Art. 6º - Os cargos constantes desta Lei passam a fazer parte integrante da Lei 2075/91.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mococa, 24 de junho
de 1996.


Dr. Antonio Naufel
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº.609/96

-

PROJETO DE LEI Nº.67/96

Recebimento para estudo e parecer em 5 / 8 / 1996
com o prazo de 15 dias
vencível em 23 / 8 / 1996
Sala das Comissões Permanentes
da Câmara Municipal de Mucuna.
Presidente
Comissão de Justiça

Designo Relatar à Presente Matéria o Vereador
Amilcar L. Lima
com prazo de 8 dias vencível em 14 / 8 / 96
Sala das Comissões
5 / 8 / 1996
Presidente

Recebimento para estudo e parecer em 5 / 8 / 1996
com o prazo de 15 dias
vencível em 23 / 8 / 1996
Sala das Comissões Permanentes
da Câmara Municipal de Mucuna.
Presidente
Comissão de Finanças

Designo Relatar à Presente Matéria o Vereador
José Benício Landi
com prazo de 8 dias vencível em 14 / 8 / 96
Sala das Comissões
5 / 8 / 1996
Presidente



OK - 13/08/96 às 15:30

Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 10
Proc. 609 196

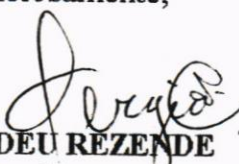
TELEFAX - (0196) 56-0106 ou 56-0002

AO
CEPAM - FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA
SÃO PAULO-SP.

Consulta a Vereadora Dr.^a Marília Pereira Lima, essa Douta Assessoria, com relação ao Projeto de Lei nº 067/96, de iniciativa do Executivo, criando cargos no quadro de pessoal, cuja cópia anexamos:

- a) matéria assim definida pode prosperar na Câmara Municipal durante o período ante e pós eleitoral?
- b) que Legislação regula a admissão e demissão no período eleitoral?

Atenciosamente,


DR. TADEU REZENDE
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 11
Proc. 609 96

TELEFAX - (019) 656-0106, 656-3644 ou 656-0002

Mococa, 25 de setembro de 1996.

AO
CEPAM- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA
SÃO PAULO-SP

Estamos recorrendo a Douta Assessoria dessa conceituada Fundação, e a pedido do Vereador Di Taliberti, reiterando o Fax, que encaminhou cópia dos Projetos de Lei n.ºs. 67/96 e 49/96, do Sr. Prefeito Municipal, cujas cópias estamos anexando.

Cordialmente subscreve


DR. TADEU REZENDE
Presidente

Fls. n.º 12

Proc. 60996

ELEIÇÕES 96: CONTRATAÇÃO E NOMEAÇÃO DE SERVIDORES

Diogenes Gasparini

Advogado, Mestre e Doutor pela PUC - SP

Já se tornou tradição em nosso direito o advento de lei especial para regular as eleições que vão se sucedendo. A cada eleição, uma lei. Para o pleito municipal deste ano não foi diferente. Desde 2 de outubro de 1995, data de sua publicação, vigora a Lei Federal nº 9.100 que o regulamenta. Sendo assim, querem alguns fazer crer que o não regulado nem proibido por essa lei está permitido, autorizado, como ocorre com as nomeações e contratações de servidores em períodos próximos das eleições. Erram os que assim pensam, pois a existência desse diploma legal não significa que tudo esteja sob seu comando ou que suas regras sejam as únicas de atendimento obrigatório. A ausência nessa lei de regulamentação para prover função, cargo ou emprego público ou o fato de ter sido vetado o art. 77 do projeto que lhe deu origem, que de certo modo dispunha nesse sentido, não são indicações suficientes para que as autoridades municipais sintam-se livres para movimentar servidores antes ou depois da data designada para as eleições. A orientar-lhes o comportamento estão vários princípios jurídicos como o da legalidade, da moralidade administrativa e da obrigatoriedade do concurso e, especificamente voltado para a defesa da lisura dos pleitos eleitorais, o disposto no art. 13 da Lei Federal nº 6.091/74, conhecida por Lei Etelvino Lins.

Estabelece esse preceptivo que: "São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições parlamentares e o término, respectivamente, do mandato do Governador do Estado, importem em nomear, contratar, designar, readaptar ou proceder a quaisquer outras formas de provimento de funcionário ou servidor na administração direta e nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios, salvo os cargos em comissão e da magistratura, do Ministério Público e, com aprovação do respectivo órgão legislativo, dos Tribunais de Contas e os aprovados em concursos públicos homologados até a data da publicação desta Lei. § 1º Excetuam-se do disposto no artigo: I - nomeação ou contratação necessárias à ins-

talação inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Governador ou Prefeito; II - nomeação ou contratação de técnico indispensável ao funcionamento do serviço público essencial. § 2º O ato com a devida fundamentação será publicado no respectivo órgão oficial". Seus termos e condições, como se vê, afelçoam-se à vigente Constituição Federal ou, vale afirmar, foram recepcionados por essa Lei Maior, decorrendo daí sua aplicabilidade às eleições de 1996.

Como preceptivo que está em vigor, o art. 13 dessa lei deve, obviamente, ser observado pelas autoridades governamentais locais, a exemplo do Prefeito, Presidente de Câmara de Vereadores e dirigente de empresa paraestatal, sob pena de nulidade, como sua própria dicção determina. Não se alegue, em contradição à sua vigência e aplicabilidade, transitoriedade e a desconformidade com a Constituição Federal, pois seriam argumentos inócuos. Com efeito, a constitucionalidade e o caráter permanente dessa legislação já foram declarados pelo Supremo Tribunal Federal ao examinar o RE nº 92.728-BA. Igualmente entendeu o Tribunal Superior Eleitoral ao responder a Consulta 11.058 do Distrito Federal, cuja decisão acabou por ensejar a edição da Resolução nº 16.437/90. Tal entendimento foi reafirmado por essa Corte em recente pronunciamento, consubstanciado na Resolução nº 19.437, de 13.2.96, onde restou dito que: "A Lei nº 9.100/95 silencia sobre a movimentação de pessoal das pessoas jurídicas de direito público no período pré e pós-eleitoral. Portanto, aplica-se, aos casos de movimentações, na eleição do ano de 1996, o art. 13 da Lei nº 6.091/74". Esse entendimento também foi manifestado pela Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, conforme demonstrado na recente publicação *Eleições Municipais de 1996 das Dr.ªs Lais de Almeida Mourão e Maria Tarquinia Vieira Moreira*.

Desse modo, depois de 5 de julho, início dos noventa dias anteriores ao pleito de 3 de outubro, até 31 de dezembro deste ano, todos esses atos e medidas estão proibidos às autoridades municipais, salvo os que a própria Lei Etelvino Lins autoriza e, ainda assim, nos termos e condições da autorização. Não obstante, isso

não é tudo. De fato, por tratar-se de dispositivo que, praticamente, vigora há duas décadas e, sobre mais, por ser anterior à atual Constituição Federal, as exceções estipuladas em seu texto devem ser interpretadas com cuidado e aplicadas com observância das exigências dessa Lei Maior. Com efeito, as nomeações ou contratações nos termos autorizados pelos incisos do § 1º do citado art. 13 devem atender as exigências contidas no Inc. IX do art. 37 da Constituição da República e na legislação ordinária pertinente. Tratando-se de nomeações decorrentes de concurso, este há de estar homologado até 5 de julho do ano em curso, noventa dias antes do pleito, pois só dessa maneira pode ser compatibilizada a exigência de que esteja homologado até a entrada em vigor da Lei Etelvino Lins. Essa também é a inteligência das citadas autoras, procuradoras do Cepam. Não obstante assim nos pareça, há de se ter em mente que o Tribunal Superior Eleitoral manifestou-se, pela Resolução nº 19.440, de 15 de fevereiro de 1996, contrário à realização de concurso para a admissão de pessoal em ano eleitoral, dada a vigência da referida Lei Federal nº 6.091/74.

Por outro lado, essa lei não proíbe a exoneração ou a demissão de servidores no período de 5 de julho a 31 de dezembro, nem menciona as fundações. Os desligamentos de servidores nesse período estão permiti-

dos, desde que, por óbvio, sejam observadas as exigências legais. Quanto às fundações, se forem públicas estão compreendidas na expressão autarquia e se forem privadas não há por que excluí-las dessas restrições, salvo se se entendesse, o que é absurdo, que as nomeações e contratações de seus servidores nesse período não afrontam os princípios da moralidade administrativa, da obrigatoriedade do concurso de ingresso e da igualdade que devem reinar em todo pleito eleitoral. Fora desses parâmetros e do que a própria Lei Etelvino Lins permite, se ocorrerem nomeações e contratações de servidores públicos durante o mencionado período do processo eleitoral de 1996, estará caracterizada a ilegalidade, o abuso de poder coartável mediante recurso ao Poder Judiciário. Observe-se que não há qualquer restrição no tocante à abertura de licitações e às consequentes contratações de obras, serviços e compras, desde que atendida a legislação pertinente. Também não há qualquer limite quanto à realização de despesas, desde que satisfeitas as exigências legais. As operações de crédito por antecipação da receita, por força da Resolução do Senado Federal nº 69/95, estão vedadas, pois tal ato proíbe essas contratações nos anos eleitorais, como é o de 1996, no período que vai dos seis meses anteriores (2.4.96) à data das eleições (3.10.96) até o fim do mandato (31.12.96), no caso do Prefeito.



Câmara Municipal de Mococa

Fls. 14
Proc. 609 de 1996

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

REFERÊNCIA :- PROJETO DE LEI Nº.67/96
INTERESSADO :- CIDO ESPANHA
RELATOR :- JOSÊ POMPEO CORRADI
ASSUNTO :- Cria cargo de Chefe e de encarregado no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal

Como Relator da matéria acima epígrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos detalhados quanto ao aspecto financeiro, nada impede seu acolhimento, o que nos leva a exarar parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação, respeitando a forma como está a mesma redigida.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 1996.

Relator
José Pompeo Corradi

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 02 de outubro de 1996

João Batista de Souza

Dra. Marilai Pereira Lima



Câmara Municipal de Mococa

Fls. n.º 15

Proc. 609 96

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

Referente ao Projeto de Lei nº 067 /96

Interessado: Prefeito Municipal

Assunto: Criando cargos de Chefe e de Encarregados no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mococa.

Relator: Di Taliberti

Como Relator do Projeto de Lei nº 067 /96, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que visa a criação de cargos de Chefe e de Encarregados no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mococa;

muito embora a Lei nº 9.100/95, silenciou sobre a contratação e nomeação de servidores em período pré e pos eleitoral, a Lei Federal nº 6.091/74, no entendimento do Supremo Tribunal Federal, está em plena vigência e supre legalmente a omissão da Lei nº 9.100/95, na questão/particular de nomeações em períodos eleitorais.

É o artigo 13 da Lei Federal nº 6.091/74, que veda nomeações e contratações em período eleitoral, com exceção de nomeações e contratações necessárias a instalação inadiável de serviços públicos, o que não acontece com o presente Projeto que examinamos.

Entendemos que o presente Projeto que está sendo conduzido pelo Executivo, se transformado em Lei, fere não só princípios jurídicos como a legalidade, e, mais precisamente a moralidade administrativa, tendo em vista a extemporaneidade de sua apresentação.

Diante do exame que fazemos dessa matéria, e dentro das atuais circunstâncias, não vemos outra alternativa se não recomendar/a rejeição desse Projeto; onde para chegar a conclusão de recomendar/essa decisão, buscamos lições de insígnies mestres como do Advogado Mestre e Doutor pela PUC-SP, Diógenes Gasparini.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1996

DI TALIBERTI
Relator

Aprovado o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto.



Câmara Municipal de Mococa

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Ítalo Maziero Junior
ÍTALO MAZIERO JÚNIOR

Dra. Marília Pereira Lima
Dra. MARÍLIA PEREIRA LIMA

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

João Batista de Souza
JOÃO BATISTA DE SOUZA

Dra. Marília Pereira Lima
Dra. MARÍLIA PEREIRA LIMA

José Pompeo Corradi
JOSÉ POMPEO CORRADI



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Fls. n.º 17
Proc. 609

CÂMARA MUNICIPAL
— MOCOCA —

Numero	Data	Rubrica
1.817	04/11/96	[Assinatura]

Of. Nº 2.038/96

MOCOCA, 06 de novembro de 1996.

DESPACHO

Para o Expediente da

Senhor Presidente:

Próxima Sessão

CM em 08/11/96.

[Assinatura]
Presidente

*Atenda-se conforme
o solicitado.*

11/11/96

[Assinatura]

DR. TADEU REZENDE
PRESIDENTE

Vimos, pelo presente, solicitar a Vossa Excelência a retirada e consequente devolução a esta Prefeitura do Projeto de Lei nº 067/96, em razão de tratar-se de período eleitoral, nos termos do art. 13 da Lei nº 6.091/74.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

[Assinatura]
DR. ANTONIO NAUFEL
Prefeito Municipal

DESPACHO

*Ap(s) Junta-se Projeto de
Lei 067/96
S. Sessões 11/11/1996*

[Assinatura]
Presidente

Exmo.Sr.

DR. TADEU REZENDE

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa

MOCOCA - SP



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. nº 18
Proc. 609 96

|||||
Mococa, 14 de novembro de 1996.

Of. nº. 799/96-CM.

Senhor Prefeito,

Em atenção a solicitação de Vossa Excelência, através do Ofício nº. 2.038/96, estamos juntando ao presente em devolução, o Projeto de Lei nº. 67/96, encaminhado a consideração desta Casa, através do ofício nº. 1.210/96.

Nesta oportunidade, apresentamos à Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

AC/DC


DR. TADEU REZENDE
Presidente

Exmo. Sr.
Dr. Antonio Naufel
DD. Prefeito Municipal
Mococa